



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO**

**ORIENTAÇÕES PARA A ORGANIZAÇÃO
DA SEMANA PEDAGÓGICA
FEVEREIRO/2008**

**ESTUDOS PARA A ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DO
PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA**

07, 08 e 11/02/2008

Coordenação:

Superintendência da Educação (SUED)

Realização:

Diretoria de Políticas e Programas Educacionais

Diretoria de Tecnologia Educacional

Departamento de Educação Básica

Departamento da Diversidade

Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional

Departamento de Educação e Trabalho

**Curitiba
2008**

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO**

A proposta de discussão para a Semana Pedagógica de 2008 pretende evidenciar a organização pedagógico-administrativa das escolas, dando continuidade ao processo de construção dos documentos que legitimam todo o trabalho escolar. A Semana Pedagógica será constituída de momentos de discussões distintos, embora expressem um mesmo objetivo: a condução do trabalho escolar para a efetivação da aprendizagem do aluno.

As **escolas da Rede Estadual de Ensino e Conveniadas** deverão disponibilizar os seguintes documentos que servirão como referência para as discussões, reflexões e elaboração do Plano de Ação da Escola (documento final a ser elaborado): **Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica Curricular e Regimento Escolar**.

As atividades a serem desenvolvidas na Semana Pedagógica, serão realizadas coletivamente e terão roteiros elaborados pela Coordenação de Gestão Escolar da SEED, representantes das Unidades da SUED sendo apresentados no presente documento.

- As **ESCOLAS** deverão encaminhar o **PLANO DE AÇÃO** para o **NRE** até o dia **07/03/2008**.
- O **NRE** deverá encaminhar os **PLANOS DE AÇÃO** para a **COORDENAÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR** até o dia **28/03/2008**.

ATIVIDADES DA SEMANA PEDAGÓGICA

- **LOCAL:** Escola
- **PARTICIPANTES:** Direção, Equipe pedagógica, Professores, Funcionários e integrantes das instâncias colegiadas

ROTEIRO 1:	- Reunião para organização do trabalho pedagógico e administrativo da escola e da Semana Pedagógica 2008. - Leitura e discussão do texto: "Gestão Democrática e Planejamento Participativo: alguns apontamentos para a organização da escola pública em sua função social".
ROTEIRO 2:	- Discussão sobre o Regimento Escolar e Projeto Político-Pedagógico.
ROTEIRO 3:	- Análise, discussão e sistematização em grupos dos temas definidos no Roteiro.
ROTEIRO 4:	- Seminário de apresentação das discussões dos grupos temáticos e elaboração do Plano de Ação da Escola.

ROTEIROS PARA DISCUSSÃO

ROTEIRO 1

Local: Escola de atuação

Participantes: Professores, Equipe Pedagógica, Diretores, Diretores Auxiliares, Funcionários e Integrantes das Instâncias Colegiadas.

Material: Texto sobre Gestão Democrática e Planejamento Participativo.

Encaminhamento das atividades

- Reunião para organização geral e encaminhamentos do trabalho pedagógico-administrativo da escola no primeiro semestre/ano e encaminhamento geral da Semana Pedagógica de 2008.
- Leitura coletiva do **Texto 1**: “Gestão democrática e planejamento participativo: alguns apontamentos para a organização da escola pública em sua função social”, seguida de discussão dos pontos relevantes, conforme **Roteiro de atividades 1**.

TEXTO 1

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO:

alguns apontamentos para a organização da escola pública em sua função social.¹

As transformações em curso dadas na modernidade, que assinalam o individualismo, a naturalização da pobreza e da não-inclusão, impulsionam no campo educacional a relação mercadológica, apostando historicamente na dualidade estrutural², que determina diferentes qualidades de educação para os sujeitos sociais.

Nesse movimento, dado pela própria organização econômica, social, política que prevê uma definição dos sujeitos, a escola e, especialmente a escola pública, enquanto espaço de síntese e de transmissão/assimilação do saber sócio-histórico, revela-se como possibilidade de articular novas relações para os sujeitos que dela fazem parte.

Concebida nesta relação, a escola pública demanda, no exercício de seu papel na construção da democracia social e política, novas relações internas e externas, uma vez que articular-se com o plano macro e micro de sua realidade significa pensar a escola em sua totalidade e em sua materialidade.

No entanto, o que significa pensar a escola enquanto espaço de síntese e de construção da democracia social e política?

¹ Texto construído pela Coordenação de Gestão Escolar – CGE/SEED/PR

² Segundo Kuenzer (2007), a partir dos fundamentos do novo tipo de trabalho caracterizado pela fragmentação, pela separação entre trabalho instrumental e intelectual e pela organização em linha e o foco na ocupação –, a dualidade estrutural, tal como foi sistematizada pelos clássicos do crítico-reprodutivismo expressou-se por meio da oferta de escolas que se diferenciavam segundo a classe social que se propunham a formar: trabalhadores ou burgueses. (Kuenzer, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educ. Soc.** v.28 n.100 Campinas out. 2007).

Significa afirmar que a escola pública é espaço de participação, e gerir a escola, democraticamente e coletivamente significa pensar a escola em sua autonomia. Nesse sentido, a autonomia da escola implica necessariamente, na sua dependência com o sistema de ensino, marcando sua relação macro, enquanto que no plano micro implica nas formas de definição, organização, realização, avaliação das atividades realizadas no interior da escola. Assim, passa a ser uma autonomia de definição de objetivos, de processos, de formas e de avaliações do processo.

Deste modo, a gestão democrática na escola pública valoriza a participação de seus segmentos constitutivos, entendendo que o funcionamento da escola, exige uma relação ao mesmo tempo objetiva, pela via da definição de ações, como uma relação subjetiva, pela qual os sujeitos, movidos por suas próprias percepções, conferem ao processo de tomada de decisões as suas impressões.

Entretanto, resta-nos saber que defini-las, no coletivo escolar, remete necessariamente a um planejamento, entendido como uma ação racional, intencional, estruturada e coordenada, pela qual se propõe objetivos, ações e suas formas de provimento, avaliação, etc.

Organizar as ações da escola pública hoje demanda, compulsoriamente, o esforço coletivo em definir e participar dos processos decisórios, e ainda que estes processos nem sempre possibilitem a participação integral dos sujeitos escolares, entender a necessidade de se fazer representado nos órgãos colegiados.

Se por um lado o processo educativo tem seu sentido democratizador por meio do qual “parcelas da população historicamente alijadas progridam no interior do sistema de ensino, por outro, faz com que os processos de diferenciação social e de exclusão mudem de qualidade e de lugar” (Oliveira, 2007, s/p)³.

Assim, organizar a escola pública em seu sentido democratizador, equivale também a avaliar o trabalho pedagógico e educativo nela realizado. Importa pensar e repensar a escola, avaliar suas formas, seus métodos, seu conteúdo, seus sujeitos, sua intencionalidade.

Este movimento implica, portanto, entender a avaliação como um processo de emissão de julgamentos de valor sobre uma dada realidade, tomando-se como base a comparação dos dados reais com parâmetros e referenciais (Luckesi, 1984), que baseado em sua concreticidade, expressa-se no projeto político-pedagógico. Conforme Villas Boas⁴ (1998), a avaliação é categoria de trabalho escolar que inicia e mantém o andamento adequado do projeto político-pedagógico por meio de contínuas revisões do percurso, e por oferecer elementos para análise do produto final.

Entendido, portanto, como possibilidade de organizar o trabalho educativo, o projeto político-pedagógico, bem como sua avaliação, passam a ser entendidos como formas possíveis de orientação do trabalho, posto que é forma *sine qua non* para a definição de ações na perspectiva do provimento da função da escola pública.

³ OLIVEIRA, R. P. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educ. Soc.** v.28 n.100 Campinas out. 2007.

⁴ In: LEITE, S.A.S; PERÓN, S.C. O Projeto Pedagógico na Escola Democrática: avaliação das condições institucionais. In: Ensaio: Avaliação e políticas públicas em Educação; Rio de Janeiro, v11, nº38, p 15-32, jan/mar2003.

Roteiro de atividades 1:

1) Sugestões para a discussão coletiva do texto **Gestão Democrática e Planejamento Participativo: alguns apontamentos para a organização da escola pública em sua função social.**

- a) Diferentes qualidades de educação
- b) Função social da escola, especialmente a escola pública
- c) Novas relações internas e externas à escola
- d) Autonomia da escola
- e) Relações objetivas e subjetivas do funcionamento escolar
- f) Concepção de planejamento
- g) Participação democrática e representação nos órgãos colegiados
- h) Avaliação do trabalho pedagógico da escola

ROTEIRO 2

Local: Escola de atuação

Participantes: Professores, Equipe Pedagógica, Diretores, Diretores Auxiliares, Funcionários e Integrantes das Instâncias Colegiadas.

Material: Regimento Escolar, Projeto Político-Pedagógico, Proposta Pedagógico-Curricular da EJA e Caderno de Apoio para Elaboração do Regimento Escolar.

Encaminhamento das atividades

- a) Leitura e discussão sobre o **Texto 2** “Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar”.
- b) Discussão sobre o Regimento Escolar e o Projeto Político-Pedagógico conforme **Roteiro de atividades 2**.

TEXTO 2

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E REGIMENTO ESCOLAR⁵

Retomar a discussão do Projeto Político-Pedagógico é sempre necessário, haja vista que a escola é historicamente produzida e, em seu movimento dialético, necessita ser pensada continuamente. Posto que, o Projeto Político-Pedagógico constitui-se em um instrumento de organização do trabalho pedagógico, democratizar a (re) construção do documento implica dar novo sentido às relações que se estabelecem no interior e no entorno escolar, uma vez que mobiliza os sujeitos na organização, formulação, implantação, reelaboração da concepção e das ações para o enfrentamento da realidade e das necessidades educativas dos sujeitos escolares.

Como expressão da organização do trabalho pedagógico e, portanto, da essência da escola partindo da concretude dos seus sujeitos, o Projeto Político-Pedagógico instaura os princípios que estabelecem a defesa à apropriação do conhecimento, transpondo assim, a lógica mercadológica de educação, para entender o trabalho educativo como constitutivo da condição humana.

Pensá-lo dessa forma remete a um esforço coletivo de compreensão das relações estabelecidas, das práticas superadas, das necessidades advindas e das ações necessárias. Firmá-lo nesse movimento, é afirmar a escola como possibilidade de síntese, determinada por múltiplas relações e, deste modo, passível de discussão constante.

Expressão da legitimidade do Projeto Político-Pedagógico o Regimento Escolar passa a ser entendido como um documento legal de existência obrigatória, pelo qual se legitima e normatiza a organização pedagógica, administrativa, disciplinar, bem como as relações entre os segmentos constitutivos da comunidade escolar. Originário do Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar, ao conferir a legalidade das relações estabelecidas na escola, incorpora no processo coletivo de sua elaboração tanto os aspectos legais concernentes à estrutura e funcionamento da escola, como também respalda legalmente as definições pedagógicas propostas e defendidas pela unidade escolar, bem como aquelas assumidas no próprio sistema de ensino.

Deste modo, pensar o Regimento Escolar da Escola Pública significa pensar pela via da gestão democrática e, portanto, pela possibilidade de coletivamente definir o conjunto de normas, regras que traduzem o fazer pedagógico. É pensar a organização didático-

⁵ Texto construído pela Coordenação de Gestão Escolar – CGE/SEED/PR

pedagógica, administrativa, curricular, disciplinar da escola pública no seu coletivo, entendendo que sua construção define a escola em sua essência.

Ainda, assumir coletivamente a legalidade das ações da escola sugere também assumir os posicionamentos pedagógicos da avaliação, especialmente da aprendizagem, o que implica pensar um sistema de avaliação escolar que seja condizente com a intencionalidade educativa e com o princípio no qual a avaliação é concebida no Projeto Político-Pedagógico.

Roteiro de atividades 2:

Sugestões para a discussão coletiva do texto

Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar:

- a) Que concepção de Regimento Escolar permeia o coletivo da sua escola?
- b) Consultando o Regimento Escolar e o Projeto Político-Pedagógico da escola, analise a concepção de avaliação que tem sido defendida por essa instituição de ensino:
- c) Consta no Regimento Escolar ou no Projeto Político-Pedagógico da escola como se chega à média/conceito final de cada bimestre/trimestre/semestre? Discuta e explique.
Para as escolas que ofertam EJA: Consta na Proposta Pedagógico-Curricular, Regimento escolar e Projeto Político-Pedagógico da escola o número de registros efetuados nas disciplinas e os procedimentos para chegar à média final ao término de cada disciplina? Discuta e explique.
- d) Os encaminhamentos avaliativos estão de acordo com a concepção defendida pela escola?
- e) Além da avaliação, há outros itens do Regimento Escolar e do Projeto Político-Pedagógico que merecem destaque na discussão coletiva. Descreva os pontos importantes e/ou polêmicos que surgiram no debate para subsidiar as alterações dos referidos documentos.
- f) O texto trata da organização do trabalho pedagógico que parte da “concretude dos seus sujeitos”. Partindo do pressuposto de que a escola tem como princípio o atendimento escolar às diferenças e à diversidade, na perspectiva da inclusão e da igualdade de oportunidade, garantindo possibilidades de reconhecimento, valorização e manutenção do patrimônio cultural, histórico, ambiental e lingüístico das populações indígenas, dos afrodescendentes, dos jovens, dos adultos e idosos em processo de alfabetização e escolarização e das populações do campo (entre outros), como tais aspectos vem sendo considerados no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar de sua escola? Há, nestes documentos, o efetivo reconhecimento dessa diversidade que está presente no ambiente escolar?

ROTEIRO 3

Local: Escola

Participantes: Professores, Equipe Pedagógica, Diretores, Diretores Auxiliares, Funcionários e Integrantes das Instâncias Colegiadas.

Material: Dados da escola sobre: Aprovação, Reprovação, Abandono, Plano de Recuperação de Estudos, Disciplinas e Séries com baixo rendimento, Material e Atas referentes ao Conselho de Classe, Critérios de distribuição de aulas, Plano de reposição de aulas, Sala de apoio, Sala de recursos, Registro e acompanhamento dos alunos incluídos, Participação e acompanhamento dos pais, Momentos de discussão coletiva e de formação continuada, Fundo Rotativo e PDDE.

Encaminhamento das atividades

- Leitura e discussão do **Texto 3** – Construção da autonomia da escola conforme encaminhamentos que seguem no **Roteiro de atividades 3**.
- Sugere-se que estabeleçam os grupos com participantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar para discussão dos temas (**Temas 1 ao 8**). Distribuir os temas de acordo com a realidade da escola (Organização do Trabalho Pedagógico e número de profissionais participantes).
- Cada grupo terá um relator para sistematizar os pontos relevantes, assim como as ações para encaminhamentos necessários para o ano letivo vigente. Essa sistematização será referência para o Seminário especificado no **Roteiro 4** e na elaboração do Plano de Ação.

TEXTO 3

CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DA ESCOLA⁶

O tema autonomia tem conquistado espaço nas discussões dentro da esfera escolar. Lembramos que, no Brasil, a autonomia tem garantia desde a Constituição de 1988, que institui em seu Artigo 1º a ‘democracia participativa’ além de “criar instrumentos que possibilitem ao povo exercer o poder diretamente” (GADOTTI e ROMÃO, 2004, p.44).⁷

No que se refere à educação, a Constituição de 1988 estabelece como princípios básicos: ‘o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas’ e a ‘gestão democrática do ensino público’ (Art. 206). Tais princípios podem ser considerados como base constitucional da autonomia da escola. Porém, as concepções de autonomia, que permeiam o âmbito escolar, são diversas e ganham ainda mais interpretações na prática escolar.

As condições de que necessitam os professores no processo de formação continuada dependem de amplas reformas educacionais, fruto da vontade política dos responsáveis pela área educacional no país. Isto coloca no Estado – Brasil – parte da responsabilidade do

⁶ Texto construído pela Coordenação de Gestão Escolar – CGE/SEED/PR

⁷ GADOTTI, M. e ROMÃO, J.E. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 2004.

processo de mudanças. No entanto, não se pode deixar de considerar que o nível final de decisão desse processo ocorre na escola, o que significa que a administração escolar deve garantir ao grupo de professores condições para o exercício da autonomia pedagógica. Por autonomia pedagógica entende-se a liberdade garantida ao grupo para a tomada de decisões coletivas a respeito dos objetivos e das práticas pedagógicas, bem como de sua formação continuada, sendo que essas decisões também devem ser compartilhadas pelo pessoal administrativo. Assim, a autonomia pedagógica constitui-se como condição para o processo de gestão democrática na escola (LEITE, S.A.S; PERÓN, S.C., 2003, p.19).⁸

Discutir sobre autonomia, sem repensar a organização do trabalho pedagógico da escola seria desconsiderar a relação com a *práxis*. Não se pode negar o importante movimento de construção das práticas, que permeia a cultura da escola, pois:

(...) a escola interpreta e não simplesmente responde ou aplica as diretrizes que recebe, tal como foram concebidas; daí que as determinações emanadas dos diferentes níveis de autoridade do sistema de ensino, sejam administrativas ou pedagógicas, não se operacionalizam na escola de forma direta ou mecânica, como simples presença ou ausência, aceitação ou rejeição. A escola interpreta e incorpora os parâmetros conforme suas necessidades e possibilidades (SAMPAIO, 1998, p.93).⁹

Para tanto, seguem temas relevantes que são uma avaliação do trabalho pedagógico desenvolvido pela escola, além de uma discussão coletiva sobre suas concepções e ações.

Roteiro de atividades 3:

- 1) Sugestões para a discussão coletiva do texto **Construção da autonomia da escola**
 - a) Conceito de autonomia presente no Projeto Político-Pedagógico da sua escola
 - b) Princípios da autonomia presentes em ações da escola
 - c) Limites para a construção da autonomia da escola

TEMAS PARA DISCUSSÃO EM GRUPOS

Tema 1 - DESEMPENHO DOS ALUNOS¹⁰

As avaliações nacionais são cada vez mais comuns na maioria dos países da América Latina. Embora seus resultados ainda não influenciem de fato, as políticas educacionais adotadas de forma pedagógica, é possível observar que as avaliações têm uma clara intenção: acompanhar como anda o direito de aprender dos alunos.¹¹

Considerando que as avaliações externas oferecem indicadores educacionais, é importante olhar o papel que estas podem assumir em uma sociedade democrática, nas relações e organização do trabalho pedagógico da escola. Não na função de resultado inquestionável, até porque entendemos e questionamos os instrumentos muitas vezes

⁸ LEITE, S.A.S; PERÓN, S.C. O Projeto Pedagógico na Escola Democrática: avaliação das condições institucionais. In: Ensaio: Avaliação e políticas públicas em Educação; Rio de Janeiro, v11, nº38, p 15-32, jan/mar2003.

⁹ SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira. Um gosto amargo de escola. Relações entre currículo, ensino e fracasso escolar. São Paulo: EDUC, 1998.

¹⁰ Texto construído pela Diretoria de Políticas e Programas Educacionais da SEED/PR

¹¹ Ainda que as políticas de avaliação tenham sido tratadas de forma pedagogicamente incoerentes as mesmas caracterizaram-se enquanto política mesmo que escassa em termos de avaliação (pedagógica, estrutural e administrativa) do sistema e do ensino.

utilizados nas avaliações externas, mas sim com um papel de rever práticas pedagógicas e políticas públicas que não têm garantido o acesso e permanência dos alunos, assim como a oferta de um ensino de qualidade.

Cabe ressaltar que as avaliações produzidas no interior das escolas têm um caráter diferente das avaliações externas, enquanto que as primeiras dialogam com as condições particulares de ensino-aprendizagem de cada grupo e permitem acompanhar e interferir no processo de forma mais criteriosa e específica; as avaliações externas, por sua vez, têm características e objetivos próprios, destinados ao planejamento e acompanhamento de políticas públicas.

Segue discussão sobre os dados levantados de acordo com as avaliações internas de sua escola:

Atenção: Os quadros que seguem deverão estar preenchidos pela equipe pedagógica e secretaria da escola para o início das discussões com base nos dados disponíveis na secretaria da própria escola.

a) Dados de desempenho escolar no Ensino Fundamental:

Indicadores EF	1ª	2ª	3ª	4ª	----	Geral	5ª	6ª	7ª	8ª	Geral
Reprovação/ Retenção (%)											
Aprovação (%)											
Abandono (%)											

b) Dados de desempenho escolar no Ensino Médio em todas as modalidades:

Indicadores	1º	2º	3º	4º	Geral
Reprovação/ Retenção (%)					
Aprovação (%)					
Abandono (%)					

c) Dados do desempenho dos alunos da escola de Educação Especial:

Indicadores	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ed. Profissional
Alunos encaminhados para instituições de Educação Infantil, Ensino Regular e inserção no mundo do trabalho (%)			
Abandono (%)			

d) Dados de desempenho escolar dos alunos na Educação de Jovens e Adultos – Ano Referência:2006/2007

Disciplinas	Nº de matrículas		Concluintes		Desistentes		Total Geral	
	EF*	EM**	EF*	EM**	EF*	EM**	EF*	EM**
História								
Geografia								
Matemática								
Arte/Artes								
Língua Portuguesa								
L.E.M.(Inglês)								
Educação Física								
Ciências								
Biologia								
Física								
Química								
Sociologia								
Filosofia								

* EF- Ensino Fundamental

**EM –Ensino Médio

e) Disciplinas com altas taxas de reprovação/retenção (por série, ciclo, turma e turno):

Disciplina	Série/ciclo	Turma	Turno	Reprovação/ retenção (%)

e) Qual análise pode ser feita observando os dados das quatro tabelas anteriores?

f) Há uma proposta da escola para intervenção a partir dos dados observados? Descreva-a.

g) Analisando esses dados, é possível, de modo subjetivo, fazer uma relação entre aspectos ligados à diversidade (cultural, econômica, étnica, de gênero, etc.) dos estudantes e seu índice de desempenho, evasão, retenção, entre outros?

h) Conforme LDB 9394/96 a recuperação de estudos é obrigatória, esta afirma em seus Artigos 12,13 e 24:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

(...)

V – prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

(...)

IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

(...)

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

(...)

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

A Deliberação nº 007/99 do Conselho Estadual de Educação complementa a obrigatoriedade da recuperação em seu Capítulo II:

Art. 10 – O aluno cujo aproveitamento escolar for insuficiente poderá obter a aprovação mediante recuperação de estudos proporcionados obrigatoriamente pelo estabelecimento.

Ainda citamos o Parecer do CNE/CEB n.º 12/1997, aprovado em 8 de outubro de 1997, o qual esclarece dúvidas sobre a Lei nº 9.394/96 e complementa o Parecer CNE/CEB nº 5/97. Em seu conteúdo explica sobre questões da recuperação paralela:

2.1 - Estudos de Recuperação

O art. 24, inciso V, alínea “C” da LDB mantém, como na anterior, a “**obrigatoriedade de estudos de recuperação**”. Difere da lei revogada quando determina sejam os mesmos proporcionados “**de preferência paralelos ao período letivo**” e assinalando, como antes, sua determinação aos alunos “**de baixo rendimento escolar**”. Na Lei nº 5.692/71, os estudos de recuperação, embora obrigatórios, o eram “**entre os períodos letivos regulares**”. Alguns aspectos precisam ser ressaltados, no exame do dispositivo focalizado, em face de dúvidas levantadas a respeito.

Primeiro, a compreensão de que tais estudos deverão ser “disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos”, à partir de suas propostas pedagógicas. Vale dizer, a fixação das normas relativas à matéria é da competência expressa de cada escola.

Em segundo lugar, o simples oferecimento de tais estudos, paralelamente ao período letivo regular, não significará o correto cumprimento da norma legal referida. É indispensável que os envolvidos sejam alvos de **reavaliação**, também paralela, a ser prevista nessas normas regimentais. Em se tratando de alunos com “**baixo rendimento**”, só a reavaliação permitirá saber se terá acontecido a recuperação pretendida. E, constatada essa recuperação, dela haverá de decorrer a revisão dos resultados anteriormente anotados nos registros escolares, como estímulo ao compromisso com o processo. **Estudo e avaliação** devem caminhar juntos, como é sabido onde esta - a avaliação - é o instrumento indispensável, para permitir se constate em que medida os objetivos colimados foram alcançados.

I-) Qual é o plano de **recuperação de estudos** ofertado pela escola? Como acontece? Em qual momento? Quais são os critérios?

II-) Há mensuração de valores na recuperação de estudos? De que forma ela é contemplada no sistema de avaliação da escola?

Tema 2: PROGRAMAS E MATERIAIS DE APOIO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Repensar os encaminhamentos dados aos programas, no interior das escolas e dos meios didático-pedagógicos, torna-se fundamental para resgatar tanto o sentido dos mesmos, quanto pensar a escola em sua dimensão incluyente. Assim sendo, colocá-la como espaço de inclusão significa creditá-la como *locus* de ensino e aprendizagem a todos os seus alunos, vinculando os recursos didático-pedagógicos à intencionalidade da formação, às necessidades dos sujeitos e às condições estruturais e pedagógicas disponibilizadas pela e para a escola.

Entretanto, discutir as condições de inclusão na escola, não tão somente pelos programas específicos, mas na totalidade de seus alunos, implica em analisar como tem se dado essas relações no interior da escola, tanto nos programas específicos, como na utilização dos meios didáticos que possibilitam a mediação pedagógica com o conhecimento.

Obs.: Ver **Anexo 1** orientações para elaboração do guia de estudo para as escolas de EJA/CEEBJAS.

2.1. SALA DE APOIO À APRENDIZAGEM¹²

Ação pedagógica desenvolvida a partir de 2004 para enfrentamento de problemas relacionados à aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática dos alunos matriculados na 5ª série do Ensino Fundamental face a necessidade de ampliarmos o processo de democratização, universalização e acesso a um ensino de qualidade.

A normatização da Sala de Apoio é feita pela Instrução 05/2005-SUED/SEED, sendo que a demanda para uma turma de Língua Portuguesa e uma de Matemática é aberta automaticamente no sistema, a cada três turmas de 5ª série, por turno e por estabelecimento de ensino. O funcionamento está condicionado à existência de espaço físico adequado, professor e Plano de Trabalho Docente integrado ao Projeto Político-Pedagógico da escola.

As salas de apoio funcionam com no máximo 20 alunos, que devem freqüentar as aulas em turno contrário ao qual estão matriculados, participando de atividades com metodologias diferenciadas desenvolvidas, especificamente, para o domínio dos conteúdos de oralidade, leitura, escrita, bem como às formas espaciais e quantidades nas suas operações básicas e elementares, essenciais para a continuidade do processo educativo nas séries finais do Ensino Fundamental. Ao constatar-se a aprendizagem o aluno deve ser dispensado do programa, o que confere caráter dinâmico às Salas de Apoio à Aprendizagem, determinado pelos processos de ensino e aprendizagem de cada estabelecimento.

a) Faça o levantamento solicitado na tabela abaixo com os dados referentes ao ano de 2007:

Número de alunos na sala de apoio			
Atendidos	Aprovados	Retidos / reprovados	Nº de abandonos ao programa

b) Discuta sobre o trabalho desenvolvido nessa sala.

c) Qual tem sido o resultado/influência do trabalho da sala de apoio no aprendizado e rendimento escolar dos alunos?

¹² Texto construído pelo Departamento de Educação Básica- DEB/ SEED/PR

- d) Como ocorre a distribuição dessas aulas para os docentes? Quais critérios a escola adota?
- e) Qual a formação dos professores que atuaram na sala de apoio no ano letivo de 2007?
- f) Qual a relação estabelecida na escola entre os sujeitos envolvidos nesse processo: professor da sala de apoio, professores do ensino regular, equipe pedagógica, pais e alunos?
- g) Quais ações são necessárias para a melhoria do processo de ensino nessa sala?

2.2.SALA DE RECURSOS

O Programa foi instituído nas escolas da rede estadual para ser um serviço de apoio pedagógico especializado, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso dos superdotados) e complementa (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns da rede regular de ensino. Esse serviço realiza-se em escola, em local dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais dos alunos que freqüentam, podendo estender-se a alunos de escolas próximas, nas quais ainda não exista esse atendimento. Pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, para alunos que apresentem necessidades educacionais especiais semelhantes, em horário diferente daquele em que freqüentam a classe comum. (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001, p.23)¹³.

- a) Faça o levantamento solicitado na tabela a seguir com os dados referentes ao ano de 2007:

Número de alunos na sala de recursos			
Atendidos	Aprovados	Retidos / reprovados	Nº de abandonos ao programa
Nº de superdotados			
Nº demais casos			

- b) Discuta sobre o trabalho desenvolvido nessa sala.
- c) Qual tem sido o resultado/influência do trabalho da sala de recursos no aprendizado e rendimento escolar dos alunos?
- d) Como ocorre a distribuição dessas aulas para os docentes? A escola adota algum critério?
- e) Qual a formação dos professores que atuaram na sala de recursos no ano letivo de 2007?
- f) Qual a relação estabelecida na escola entre os sujeitos envolvidos nesse processo: professor da sala de recursos, professores do ensino regular, equipe pedagógica, pais e alunos?
- g) Quais ações são necessárias para a melhoria do processo de ensino nessa sala?

Obs.: A tabela comparativa: Sala de Recursos e Sala de Apoio encontra-se no **Anexo 2**.

¹³ BRASIL. Ministério de Educação. Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica/ Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP, 2001.

2.3. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO¹⁴

A acelerada renovação dos meios tecnológicos nas mais diversas áreas influencia, consideravelmente, as mudanças que ocorrem na sociedade. O acesso às tecnologias da informação e comunicação, amplia as transformações sociais e desencadeia uma série de mudanças na forma como se constrói o conhecimento. A escola não pode desconsiderar esses movimentos.

Frente a este cenário de desenvolvimento tecnológico e das mudanças sociais dele oriundas, na educação se tem procurado construir novas concepções pedagógicas elaboradas sob a influência do uso dos novos recursos tecnológicos, resultando em práticas que promovam o currículo nos seus diversos campos dentro do sistema educacional. A extensão do uso desses recursos tecnológicos na educação não deve se limitar simplesmente ao treinamento de professores para o uso de mais uma tecnologia, tornando-os meros repetidores de experiências que nada acrescentam de significativo à Educação. O fundamental é levar os docentes a se apropriarem criticamente dessas tecnologias, de modo que descubram as possibilidades que elas oferecem no incremento das práticas educacionais, além de ser uma prática libertadora, pois contribui para a inclusão digital.

Mais do que ferramentas e aparatos que podem “animar” e/ou ilustrar a apresentação de conteúdos, o uso das mídias *web*, televisiva e impressa mobiliza e oportuniza novas formas de ver, ler e escrever o mundo. Contudo, é importante que essas ferramentas tecnológicas estejam aliadas a um procedimento continuado de formação docente, potencializando o pensamento sobre as práticas pedagógicas.

Não se trata de tomar “as tecnologias” como os sujeitos das práticas, senão como impulsionadoras e potencializadoras destas práticas. Os artefatos tecnológicos criam as condições para a própria prática dialógica em que se constitui o sujeito. Vale dizer, recursos tecnológicos não são os sujeitos das relações, mas permitem que os sujeitos se façam ao facultar estas relações.

A inserção de novos recursos tecnológicos encurta as distâncias, promove novos agenciamentos, aproxima as esferas político-administrativas das salas de aula; aproxima as salas de aula entre si, dentro da escola e entre as escolas, numa atividade de interação solidária com vistas tanto à apropriação do conhecimento quanto à criação de novos saberes.

- a) De que forma a escola tem utilizado os recursos didático-pedagógicos disponibilizados para as escolas:

TV Pendrive – TV Paulo Freire – Laboratório de Informática – Portal Dia-a-dia Educação – OAC (Objeto de Aprendizagem Colaborativa) – Folhas – Livro Didático Público – Acervo da Biblioteca – Biblioteca do Professor – Laboratório de Ciências – Cadernos Temáticos (História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, outros) - Outros

Tema 3 - CONSELHO DE CLASSE¹⁵ OU CONSELHO DE AVALIAÇÃO¹⁶

O Conselho de Classe deve propiciar a discussão coletiva sobre o processo de ensino e de aprendizagem e favorecer a integração e seqüência dos conteúdos curriculares de cada série, constituindo-se assim num importante momento de reflexão-ação da escola.

No Conselho de Classe, percebe-se a existência de falas de professores que ratificam, mutuamente suas impressões sobre os resultados escolares de seus alunos. Este,

¹⁴ Texto construído pela Diretoria de Tecnologia Educacional – SEED/PR

¹⁵ Retirado de documento do Departamento de Educação Básica/SEED/PR enviado para os NRE com data de agosto de 2007 sobre a análise dos processos de revisão de resultados finais.

¹⁶ Na EJA é denominado Conselho de Avaliação, conforme normatizado pela Proposta Pedagógico-Curricular da EJA

que deveria ser um momento de reflexão sobre todo o processo de ensino e aprendizagem, passa a ser um mero instrumento de julgamento que, por vezes, não tem definição de critérios avaliativos, sendo substituídos por apreciações subjetivas do aluno.

A Deliberação n.º 07/99-CEE estabelece:

Art. 7º - Caberá ao órgão indicado pelo Regimento Escolar o acompanhamento do processo de avaliação da série, ciclo, grau ou período, devendo debater e analisar todos os dados intervenientes na aprendizagem.

§ 1.º - O órgão será composto, obrigatoriamente, pelos Professores, pelo Diretor e pelos profissionais de supervisão e orientação educacional.

§ 2.º - É recomendável a participação de um representante dos alunos.

§ 3.º - A individualidade do aluno e o seu domínio dos conteúdos necessários deverão ser assegurados nas decisões sobre o processo de avaliação.

Deste modo, o Conselho de Classe deve promover um momento de reflexão que gera ações em benefício do processo de ensino e aprendizagem, objetivando a efetivação da aprendizagem. Estas ações devem ser registradas nas Atas pertinentes aos Conselhos de Classe, além das informações convencionais como notas e dificuldades de aprendizagem, sempre identificando os alunos e professores por seus nomes e não apenas por números ou pelas disciplinas por eles ministradas.

Não se deve perder de vista o objetivo maior que provém dessa estratégia, que é a possibilidade de se replanejar o processo de ensino-aprendizagem a partir dos dados apontados, discutidos e registrados na dinâmica do Conselho.

Atenção: Os quadros que seguem deverão estar preenchidos pela equipe pedagógica e secretaria da escola para o início das discussões com base nos dados disponíveis na secretaria da própria escola.

Escolas que ofertam EJA: consultar os dados do quadro do Tema 1: “Desempenho dos alunos”.

a) Dados de aprovação no Ensino Fundamental:

Indicadores EF	1ª	2ª	3ª	4ª	Geral	5ª	6ª	7ª	8ª	Geral
Número total de alunos aprovados										
Número de alunos aprovados pelo Conselho de Classe										
% de aprovados pelo Conselho de Classe em relação ao nº total de alunos aprovados										

b) Dados de aprovação no Ensino Médio em todas as modalidades:

	1°	2°	3°	4°	Geral
Número total de alunos aprovados					
Número de alunos aprovados pelo Conselho de Classe					
% de aprovados pelo Conselho de Classe em relação ao número total de alunos aprovados					

c) Como a escola entende o momento do Conselho de Classe?

d) Quem participa dos Conselhos de Classe?

e) A forma como tem sido encaminhado o Conselho de Classe tem feito com que seja repensada a prática pedagógica de forma a auxiliar na melhoria do processo de ensino? Justifique.

f) Aspectos da diversidade (sociais, econômicos, étnicos, religiosos, de gênero, de classe, entre outros) dos alunos têm sido – ou não – considerados no processo avaliativo do Conselho de Classe? Tais aspectos têm influenciado nos índices de aprovação ou reprovação por Conselho de Classe?

g) Houve avanço nas discussões e encaminhamentos dos Conselhos de Classe de 2007?

h) Qual é o plano para os Conselhos de Classe de 2008, considerando o pré-conselho, conselho de classe e pós-conselho?

Tema 4- DISTRIBUIÇÃO DE AULAS/TURMAS

A Resolução n. 6007/2006, que regulamentou a distribuição de aulas nos estabelecimentos de ensino da rede estadual no ano de 2007, reza que para a distribuição será considerada a carga horária disponível no estabelecimento, gerada para o ano letivo, de acordo com os níveis e modalidades previstos em regulamentação específica, número de turmas e a matriz curricular.

A distribuição de aulas, nos estabelecimentos de ensino, aos ocupantes de cargos efetivos do Quadro Próprio do Magistério e Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, bem como a distribuição de aulas remanescentes, deverá obedecer critérios dispostos na própria Resolução, tais como: disciplina do concurso, nível de vencimento, maior tempo de serviço no Estado, em caráter efetivo, priorização do atendimento à 5ª série do Ensino Fundamental, etc.

Observar que mesmo após a distribuição das aulas pelo disposto em lei, há critérios pedagógicos a serem definidos na distribuição das turmas como forma de organização do trabalho pedagógico, tendo em vista as necessidades e realidade da escola.

- a) A distribuição de aulas é feita conforme instrução do ano corrente. A escola utiliza algum outro critério para a distribuição de turmas? Algum encaminhamento que leve em conta os alunos, suas dificuldades, especificidades e o professor?
- b) No ano letivo de 2007 houve turmas/disciplinas com falta de professor? _____

Disciplina	Série	Tempo para substituição/retorno do(a) professor(a)	Número de aulas não ministradas

Número total de licenças: _____

Número total de atestados médicos: _____

CONSIDERAR:

- Conforme a Instrução Normativa Conjunta nº 01/04 estabelece que “o professor com atestado médico de até 03 (três) dias deverá efetuar a reposição das aulas aos alunos”. A reposição das aulas deve ser “de forma presencial, com registro de frequência e dos conteúdos efetivamente trabalhados e ainda caso não haja a referida reposição aos alunos, decorrente de falta do professor, será efetuado desconto desses dias em seus vencimentos.” A referida instrução baseia-se na Lei 9394/96 (LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), no artigo 66 da Lei Complementar nº 7/76 e na Resolução 1878/2000 - SEAP.

- O Artigo 66 da Lei Complementar 7/76 (Estatuto do Magistério) diz que “ainda que tenha sofrido desconto em seus vencimentos, por faltas, não se ressarcirá o professor por aula, atividade de recuperação ministrada em obediência ao calendário escolar ou outras exigências de ensino”.

- A Resolução 1878/2000/SEAP, disciplina a ausência do servidor de suas atividades perante o atestado médico, uma vez “que a finalidade do atestado médico é justificar a ausência do servidor, mas não necessariamente abonar a(s) falta(s)”.

- O Artigo 164 da Lei 6174/70 (Estatuto do Funcionalismo Público) diz que “podem ser justificadas pelo chefe da repartição, mediante apresentação de atestado médico particular, as faltas correspondentes até três dias por mês”.¹⁷

- No Artigo 12, inciso III da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: **ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DOS DIAS LETIVOS E HORAS-AULAS ESTABELECIDAS.**

- Ver Resolução nº4603/2007 – SEED/PR e Instrução nº 08/07 – SUED/SEED/PR, sobre Calendário Escolar e Resolução do presente ano quanto a distribuição de aulas.

- c) Como é feita a complementação de carga horária nas disciplinas que não cumprem o número de horas distribuídas dentro das 800 horas obrigatórias segundo LDB 9394/96, Artigo 24, inciso I?
- d) Caso a escola não tenha plano para esta complementação apresentem sugestões. Qual é o plano de reposição de aulas, no caso de falta dos professores, quando não cumpridos o número de dias letivos?
- e) Caso a escola não tenha plano para esta reposição apresentem sugestões.

¹⁷ STEIN, Nilton Aparecido. Falta do professor com atestado médico. Disponível em: <http://www.app.com.br/portalapp/opiniaio.php?id1=16>

Tema 5 – FORMAÇÃO CONTINUADA¹⁸

O processo de formação continuada de profissionais da educação implica uma reflexão sobre o próprio significado do processo educativo, na sua relação com o processo mais amplo de constituição e desenvolvimento histórico-social do ser humano.

A Formação Continuada dos Profissionais da Educação tornou-se meta fundamental de políticas educacionais nos últimos 20 anos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, ao tratar dos “Profissionais da Educação” estabelece no art. 67 que:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: (...) II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; (...) IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho; V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho.

Conforme Estatuto do Magistério, artigo 82, inciso I, alínea m: O professor ou especialista da educação tem o constante dever de observar a relevância de suas atribuições, [...] observando as normas seguintes: freqüentar, quando designado, cursos legalmente instituídos para aperfeiçoamento profissional. Os artigos 83 e 84 rezam que: é dever inerente ao professor ou especialista da educação diligenciar seu constante aperfeiçoamento profissional ou cultural; o professor ou especialista da educação é obrigado a freqüentar cursos de aperfeiçoamento ou de especialização profissional para os quais seja expressamente designado ou convocado pela Secretaria de Estado da Educação e da Cultura.

Assim, pensar a formação continuada dos profissionais da educação constitui-se em considerar as dimensões científicas, teóricas e práticas do trabalho, uma vez que a política de formação em serviço passa a considerar o conhecimento e a experiência vinculados à realidade educacional que se situa no contexto histórico, político, social e econômico.

A rede pública estadual de ensino do Paraná tem um amplo programa de formação continuada, sob as formas centralizada e descentralizada, presencial e a distância, por meio de cursos, simpósios, seminários, grupos de estudos, com a utilização de diferentes recursos tecnológicos e com apoio de materiais impressos, uso de mídias como a WEB, TV Paulo Freire, Portal Dia-a-dia Educação, etc.

- a) Como foram encaminhados em 2007 os momentos de formação continuada, garantidos em calendário escolar?
- b) Como foram encaminhados em 2007 os momentos de formação continuada, ofertados pelo Estado?
 - Grupos de estudos - Jornadas pedagógicas - PDE e Grupo de Trabalho em Rede - DEB Itinerante - Encontros, Simpósios, Seminários - Produção científica, pedagógica e acadêmica (Folhas, OAC) – Outros
- c) Os conteúdos trabalhados nos Programas de Formação Continuada, oferecidos pelo Estado, estão de acordo com a realidade das escolas? Quais conteúdos são necessários para a atualização dos profissionais da escola?
 - Grupos de estudos - Jornadas pedagógicas - PDE e Grupo de Trabalho em Rede - DEB Itinerante - Encontros, Simpósios, Seminários - Produção científica, pedagógica e acadêmica (Folhas, OAC) – Outros
- d) Quais são as ações necessárias junto à organização dos momentos de reunião pedagógica e discussão coletiva em 2008, considerando:

¹⁸ Texto construído pela Coordenação de Formação Continuada/ SEED/PR

- Hora-atividade - Reunião com famílias/comunidade - Reunião com Instâncias Colegiadas - Reuniões Pedagógicas

- e) Como é feita a organização do trabalho pedagógico escolar quando os profissionais da escola são liberados para eventos de formação continuada? Que critérios são utilizados para liberar profissionais da escola para eventos de formação continuada?
- f) Como a escola faz a divulgação dos programas de formação continuada aos profissionais da escola?
- g) Há impacto na prática pedagógica escolar a partir da formação continuada desses profissionais?
- h) Como é feita a distribuição da hora-atividade? Existe algum critério para sua organização (por disciplinas, por séries)? (Ver Instrução 02/2004 SUED/SEED/PR e Lei Complementar nº 37 que dispõe sobre o Regime Diferenciado de Trabalho)

Tema 6 – RELAÇÃO ESCOLA- COMUNIDADE

Concordamos com a análise de THIN (2006)¹⁹, que parte da consideração de que não é somente o capital cultural e o capital escolar que estão em jogo no processo de escolarização. As práticas de socialização das famílias implicadas podem estar em consonância ou em dissonância com a lógica que organiza o cotidiano da escola, favorecendo ou não seu trabalho. A escola é um lugar de confrontação de modos de socialização divergentes, sendo o seu próprio modo de socialização - o modo de socialização escolar - considerado hegemônico. O autor ainda analisa como fonte das dificuldades escolares de filhos de camadas populares - em sua maioria alunos da escola pública- tensões, contradições entre as lógicas da escola e as lógicas de suas famílias.

Devem ser discutidos e considerados, na escola, os confrontos entre o modo de exercer autoridade, o modo de comunicação, a relação com o tempo e o sentido da escolarização, como casos em que as lógicas de socialização, naqueles dois espaços, se opõem. É preciso buscar nos confrontos entre lógicas populares e lógicas escolares as fontes das dificuldades particulares da escola e do ensino.

6.1.PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA

Entendemos e somos favoráveis ao envolvimento da família com a vida escolar, favorecendo cada vez mais o processo ensino-aprendizagem. As vivências na docência e a reflexão sobre a prática pedagógica, com momentos de maior intercâmbio com a família, completam o nosso objetivo e, com efeito, podemos afirmar que o sucesso escolar tem dependido, em grande parte, do apoio direto e sistemático da família que, responsável pelos filhos, compensa tanto as dificuldades individuais quanto as deficiências na escola.

Assim, segundo Patto²⁰, ao pensarmos na questão das dificuldades de aprendizagem, na evasão escolar, na repetência, é preciso pensar, também, que a criança não é a única destinatária da mensagem escolar e usuária da escola, sua família também o é. É irreal esperar que essas mães e pais ajudem seus filhos nas lições. É preciso que os pais se sintam bem no ambiente escolar; é preciso que saibam que a escola lhes pertence.

É necessário lidar com sensibilidade para entender esses pais e o significado que a escola tem para as famílias das classes trabalhadoras; que experiências escolares os adultos tiveram na infância, como estão sendo tratados nas vezes em que comparecem à escola de seus filhos.

- a) Quais foram os momentos de participação da família na escola no ano letivo de 2007? Descreva de que forma se deram essas participações.

¹⁹ THIN, Daniel. Rev. Bras. Educ. v.11 n.32 Rio de Janeiro maio/ago. 2006

²⁰ Texto “A criança da escola pública: deficiente, diferente ou mal trabalhada?”, extraído da palestra proferida por Maria Helena Souza Patto no Encontro do Ciclo Básico em 09/05/85, São Paulo.

- Comemorações - Reuniões técnicas (por exemplo, entrega de boletim) - Reuniões Pedagógicas - Atendimentos individuais (com professor pedagogo ou diretor) - Conselho de Classe - Outros
- b) Existe algum levantamento/estudo feito pela escola sobre o rendimento dos alunos que têm a presença constante dos pais na escola, assim como seu acompanhamento ao processo de aprendizagem do aluno?
- c) Quais foram as tomadas de decisão que de fato contaram com a participação das famílias?
- d) As famílias participam das instâncias colegiadas? Quais as últimas decisões da APMF e do Conselho Escolar que partiram das famílias?
- e) Existem representantes de pais ou responsáveis que participam do Conselho de Classe? Justifique e relate suas experiências.
- f) Quais são os instrumentos utilizados para trazer a família à participação na escola?
- g) Como é a relação entre pais e professores?
- h) Há programas específicos para envolvimento da família/comunidade com a escola (Exemplos: Escola Aberta, programas culturais, esportivos, formação pedagógica para pais, educação permanente)? Relate as experiências de sua escola.

6.2. ENTIDADES EXTERNAS À ESCOLA²¹

Consideremos aqui as políticas sociais como ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição de benefícios sociais, visando a diminuição das desigualdades estruturais historicamente produzidas pelo desenvolvimento social e econômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais. Nestes termos, entendamos a educação como uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado – mas não pensada somente por seus organismos.

As políticas sociais – e a educação- se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social. Portanto, assumem feições distintas em diferentes sociedades e concepções de Estado. É impossível pensar Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para a sociedade como um todo.

Pensando na sociedade atual, podemos considerá-la como complexa e heterogênea, organizada e estruturada política e economicamente, mesmo que pela lógica do neoliberalismo – modelo econômico que parece ter se tornado cada vez mais determinante da vida dos indivíduos, principalmente, como citam alguns pais e professores ‘nesse momento de crise de valores, limites, crenças’ e paradigmas. Uma das principais características que podemos apontar diante da organização das estruturas de nossa sociedade é a tentativa de desestabilizar o ‘Estado de bem-estar social’, por meio de um plano de privatização dos setores essenciais – habitação, educação, saúde, segurança, etc.

Pensando por essa perspectiva, reflitam sobre as demais entidades que têm envolvimento direto com crianças e adolescentes e que têm papel fundamental no suporte às ações da escola.

a) Explicitem a relação de participação estabelecida entre a escola e as entidades exteriores a ela:

- Conselho Tutelar - Associação de Moradores - Posto de Saúde - Entidades Religiosas - Promotoria Pública - Secretaria da Criança e Juventude - FAS (Fundação de Ação Social) - Conselhos Municipais de Direito – Movimentos Sociais - Outras

²¹ Texto construído pela Coordenação de Gestão Escolar – CGE/ SEED/PR

- b) A escola tem clareza sobre a função realizada por essas entidades e sua relação com a escola?
- c) A escola propicia momentos para comunicação com esses órgãos?

Tema 7- INSTÂNCIAS COLEGIADAS²²

Se analisarmos a LDB 9394/96 no que diz respeito à Gestão Democrática, podemos considerar certo avanço, uma vez que seu Art. 14 afirma que “os Sistemas de Ensino definirão as normas da Gestão Democrática do ensino público na Educação Básica, de acordo com as suas peculiaridades, conforme os seguintes princípios:

- I – participação dos profissionais da educação no projeto pedagógico da escola;
- II – participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes.”

Em seu Art. 17 prevê que “os Sistemas de Ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público”.

Considerando juntamente os avanços obtidos na concepção de gestão da escola pública e nas formas de sua implementação, tem-se observado um movimento de fortalecimento das instâncias colegiadas, conforme definições específicas de cada instância em seus respectivos estatutos, a saber:

- O **Conselho Escolar** é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora sobre a organização e a realização do trabalho pedagógico e administrativo do estabelecimento de ensino, em conformidade com a legislação educacional vigente e orientações da Secretaria do Estado da Educação.

- “A **Associação de Pais, Mestres e Funcionários** – APMF - é um órgão de representação dos Pais, Mestres e Funcionários do estabelecimento de ensino, sem caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros, sendo constituída por prazo indeterminado. Tendo como objetivo possibilitar a aproximação da Comunidade com o Projeto Político-Pedagógico da escola, principalmente no suporte aos Programas Culturais, Esportivos e de Pesquisa.

- O **Grêmio Estudantil** é o órgão máximo de representação dos estudantes do estabelecimento de ensino, com o objetivo de defender os interesses individuais e coletivos dos alunos, incentivando a cultura literária, artística e desportiva de seus membros”.²³

- **Associação de Professores, Alunos e Funcionários** – APAF- conforme normatizado pela Proposta Pedagógico-Curricular da EJA e Regimento Escolar.

- **Autodefensor** é o aluno da APAE, um representante do sexo masculino e outro feminino, eleitos pelos seus companheiros, juntamente com os seus adjuntos, com acento e voz em todas as assembléias e reuniões da Diretoria e com a presença assegurada em todos os eventos oficiais promovidos pela entidade.

- a) Existe articulação entre as decisões e ações da escola junto às instâncias colegiadas (Grêmio Estudantil, Conselho Escolar, APMF ou Auto-defensor, no caso das escolas especiais)?
- b) Qual tem sido o papel junto às decisões da escola de cada instância colegiada:
- Grêmio Estudantil – APMF - Conselho Escolar - Auto-defensor
- c) Discuta as últimas intervenções dessas instâncias junto aos encaminhamentos pedagógicos da escola?

²² Texto construído pela Coordenação de Gestão Escolar – CGE/SEED/PR

²³ Texto retirado de www.diaadiaeducacao.pr.gov.br no link da Coordenação de Assuntos da Comunidade Escolar- CACE/SEED/PR

- Grêmios Estudantis – APMF - Conselho Escolar - Auto-defensor
- d) Consultando os Estatutos do Grêmios Estudantis, do Conselho Escolar e da APMF, indique quais as ações necessárias a cada instância para colaborar com o processo de ensino:
- Grêmios Estudantis/- APMF/- Conselho Escolar/- Auto-defensor
- e) Consulte as últimas atas do Grêmios Estudantis, do Conselho Escolar e da APMF e compare com as funções especificadas nos respectivos estatutos. Cada instância tem cumprido com suas funções? Em caso afirmativo, descreva as principais funções e como estão sendo cumpridas e, em caso negativo procurem explicitar os pontos falhos nas atividades desenvolvidas pelas três instâncias.
- f) Iniciamos o ano de 2007 com 373 Grêmios Estudantis na rede estadual de ensino do Paraná. Hoje já contamos com 786 Grêmios Estudantis registrados²⁴, dada a política de expansão, criação e reativação do Grêmios Estudantis. No entanto este número é reduzido, tendo em vista a totalidade de escolas estaduais no Paraná e por estas defenderem o princípio da gestão democrática. Identifique as possíveis situações que ainda impedem a criação e o fortalecimento dos Grêmios Estudantis.
- g) Embora a Equipe Multidisciplinar, instituída em 2007 pela Instrução nº 017/06 – SUEDE/SEED/PR não seja uma instância colegiada, sua criação implica na orientação e auxílio no desenvolvimento das ações relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana ao longo do período letivo. Sendo assim, como vem sendo a atuação desta Equipe na sua escola?

Tema 8: VINCULAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS NAS UNIDADES ESCOLARES²⁵

A reflexão que segue pretende levantar alguns apontamentos sobre o financiamento na educação e as possibilidades de pensar a vinculação e aplicação dos recursos financeiros destinados à escola, pela via do orçamento participativo.

Tomando o princípio constitucional que afirma que o ensino será ministrado com base na gratuidade e publicização ofertado em estabelecimentos oficiais; na gestão democrática do ensino público e na garantia do padrão de qualidade (Brasil, CF. 88, art. 206)²⁶ e a Lei 9394/96 que mantém a obrigatoriedade de oferta do Ensino Fundamental pelo poder público²⁷, surge a necessidade de pensar a ampliação do atendimento público de educação, a garantia da qualidade de atendimento, pela gestão dos recursos absorvidos pelas escolas, e pelo reconhecimento de determinadas necessidades educacionais, cujo responsável em assumi-las e dar-lhes respostas é o Estado.²⁸

Esta relação significa mobilizar a democratização do Estado e o controle público nas definições sobre a ação estatal e na busca da participação na definição orçamentária e aplicativa dos recursos destinados à educação e dos recursos destinados às unidades escolares. Pensar essa relação de participação, ainda que não seja universalizada e, portanto, não seja uma participação direta, passa a ser vista, em termos de rede estadual de ensino, como uma participação representativa, realizada nos Conselhos Escolares, pela

²⁴ Levantamento feito em novembro de 2007 pela Coordenação de Assuntos da Comunidade Escolar – CACE/SEED/PR

²⁵ Texto construído pela Coordenação de Gestão Escolar – CGE/SEED/PR

²⁶ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 18/12/2007.

²⁷ Vale ressaltar que mesmo considerando a obrigatoriedade apenas para o EF, a LDB 9394/96, amplia a noção de Educação Básica, englobando os 3 níveis de ensino.

²⁸ Pensando em termos de estruturas federativas, na qual cada ente federado passa a responsabilizar-se pela manutenção, desenvolvimento e expansão de seu sistema de ensino, entende-se que a via da qualidade e das condições de acesso e permanência, ainda mantém-se dependentes do regime de colaboração entre estas estruturas, conforme expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seus artigos 8º, 9º, 10º e 74.

representação dos segmentos constitutivos da escola, que define a destinação dos recursos e um certo grau de controle exercido sobre as definições do poder público.

Pensar o Conselho Escolar, como órgão colegiado representativo das relações existentes na escola, significa indicá-lo como instância democrática que assegura e legitima condições para redistribuição dos recursos e, assim, como espaço possível de pensar os critérios de aplicação financeira, com fins pedagógicos. Esta relação confere ao orçamento uma objetividade, uma vez que assegura a racionalização dos recursos, para a finalidade à qual a escola se propõe enquanto existência.

Como forma concreta de financiamento da educação passam a ser disponibilizados recursos públicos descentralizados, como o Programa Dinheiro Direto da Escola e o Fundo Rotativo, estes por ora, geridos pela escola em seu coletivo. Assim sendo, no PDDE cuja finalidade é prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas do ensino fundamental das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas de educação especial, os recursos são transferidos independentemente da celebração de convênio, ou instrumento congênere, e destinam-se à cobertura de despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos (Brasil, Mec)²⁹, o Fundo Rotativo caracterizado por um instrumento, criado por Lei, para viabilizar com maior agilidade recursos financeiros aos Estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual, destina-se à manutenção e outras despesas relacionadas com a atividade educacional (Fundepar, 2004)³⁰.

No entanto, quais são os limites e possibilidades colocados para o orçamento participativo em relação ao PDDE e Fundo Rotativo, pela via do Conselho Escolar e/ou APMF? Consulte a Cartilha do Fundo Rotativo e do PDDE, Lei 14267/03 (Assembléias Legislativas do estado do Paraná), Decreto 3392/04 (Governo do Estado do Paraná), e demais documentos relacionados aos recursos recebidos pela escola.

Diante do questionamento, encaminhamos a seguinte discussão:

- a) Quais são os recursos financeiros disponibilizados diretamente para a escola e por qual via?
- b) Como é feita a distribuição e aplicação dos recursos destinados à escola?
- c) Com que frequência a escola ou o Conselho Escolar ou APMF se reúne para definição da aplicação dos recursos?
- d) Como é realizada a prestação de contas para a comunidade escolar?
- e) Discuta de que forma a escola juntamente com as instâncias colegiadas responsáveis organizará, em 2008, a definição e distribuição dos recursos financeiros, estabelecendo prioridades no investimento para a melhoria da qualidade da educação.

²⁹ Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=dinheiro_direto_escola.html. Acesso em: 15/01/2008.

³⁰ FUNDEPAR. **Fundo Rotativo: recursos descentralizados para as escolas estaduais**. Fundepar. Curitiba: FUNDEPAR, 2004.

ROTEIRO 4

Local: Escola de atuação

Participantes: Professores, Equipe Pedagógica, Diretores, Diretores Auxiliares, Funcionários e membros das Instâncias Colegiadas.

Material: Sistematização feita pelos grupos temáticos do **Roteiro 3**, Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar.

Encaminhamento das atividades:

- Seminário para apresentação da sistematização dos temas abordados no **Roteiro 3**.
- Elaboração do Plano de Ação da escola a partir das discussões advindas do Seminário e demais pontos abordados durante a Semana Pedagógica.
- Preenchimento do Plano de Ação da Escola conforme **Anexo 3** com assinatura de todos os participantes com identificação do segmento.

ANEXO 1

Guia de Estudos da EJA

De acordo com o Regimento Escolar, “No ato da matrícula, conforme instrução própria da mantenedora, o educando será orientado por equipe de professor-pedagogo sobre: a organização dos cursos, o funcionamento do estabelecimento: horários, calendário, regimento escolar, a duração e a carga horária das disciplinas.

O educando será orientado pelos professores das diferentes disciplinas, que os receberá individualmente ou em grupos agendados, efetuando as orientações metodológicas, bem como as devidas explicações sobre os seguintes itens que compõem o Guia de Estudos:

- a organização dos cursos;
- o funcionamento do estabelecimento: horários, calendário, regimento escolar;
- a dinâmica de atendimento ao educando;
- a duração e a carga horária das disciplinas;
- os conteúdos e os encaminhamentos metodológicos;
- o material de apoio didático;
- as sugestões bibliográficas para consulta;
- a avaliação;
- outras informações necessárias.

- Discussão sobre como esse Guia de Estudos tem sido construído e sua reflexão na prática pedagógica dos profissionais da educação e alunos.

ANEXO 2

EDUCAÇÃO ESPECIAL SALA DE RECURSOS	ENSINO FUNDAMENTAL SALA DE APOIO 5ª SÉRIE
1- Deliberação 02/03 – CEE Instrução 05/04 –DEE	1- Resolução 208/04 - SEED Instrução 04/04 – SUED/DEF
2- Alunos de 5ª a 8ª séries	2- Alunos da 5ª série
3- Alunado: Deficiência Mental, Distúrbios de Aprendizagem e atraso acadêmico significativo.	3- Alunado: Dificuldades de aprendizagem na leitura, na escrita e/ou cálculos essenciais.
4- Professor especializado em Educação Especial.	4- Professor de Língua Portuguesa Professor de Matemática.
5- Máximo de 30 alunos com atendimento por cronograma.	5- Máximo de 20 alunos.
6- Atendimento em horário contrário ao qual o aluno está matriculado na classe comum.	6- Atendimento em horário contrário ao qual o aluno está matriculado na 5ª série.
7- Atendimento em grupos de até 10 alunos, não ultrapassando 02 horas diárias.	7- Carga horária disponível para cada uma das disciplinas será de 4 horas-aulas semanais.
8- Encaminhamento do aluno a partir da avaliação pedagógica, realizada no contexto escolar pelos professores, professor especializado e equipe técnico-pedagógica.	8- Encaminhamento do aluno a partir de avaliação diagnóstica e descritiva, realizada pelos professores de sala de aula.
9- Acompanhamento pedagógico do aluno deverá ser registrado em relatório semestral (formulário próprio).	9- Registrar os avanços obtidos pelo aluno na avaliação em fichas próprias.
10- A programação a ser desenvolvida deverá contemplar as áreas do desenvolvimento (cognitiva, motora, socioafetiva-emocional) e conteúdos defasados das séries iniciais (5ª a 8ª séries)	10- Estender o tempo escolar dos alunos de 5ª série com defasagem de aprendizagem na leitura, escrita e cálculos.

ANEXO 3: PLANO DE AÇÃO DO ESTABELECIMENTO

Plano de ação da Escola/Colégio				
Tópicos discutidos	Problemas levantados	Ações da escola em 2008	Período	Responsável
Projeto Político-Pedagógico				
Regimento Escolar				
Instâncias Colegiadas: Grêmio Estudantil/ APMF/ Conselho Escolar/Auto defensor/ APAF				
Entidades externas				
Planejamento Participativo				
Cumprimento do Calendário Escolar em dias letivos e horas-aula				
Relação Escola-Comunidade				
Programa Paraná Alfabetizado				
Proposta Pedagógica Curricular/Plano de trabalho docente				
Avaliação escolar				
Conselho de Classe				
Hora-atividade				
Recuperação de estudos				
Sala de Apoio/ Sala de Recursos				
Registro e acompanhamento de alunos incluídos				

Reuniões Pedagógicas/ Semanas Pedagógicas				
Enfrentamento à evasão				
Jornadas Pedagógicas				
Grupos de Estudos				
DEB Itinerante				
Simpósios/ Seminários/ Encontros/ Cursos				
PDE/GTR				
Produção de material (Folhas/OAC)				
Projetos específicos da escola				
Semana cultural e esportiva				
Programas Institucionais da SEED: FERA/ ComCiência/ JOCOPs/ CELEM				
Educação do Campo				
Desafios educacionais contemporâneos: educação ambiental, sexualidade, enfrentamento à violência nas escolas, prevenção ao uso indevido de drogas, educação fiscal, História e Cultura Afro-brasileira e Africana				
Materiais e ambientes didático-pedagógicos: Laboratório de Ciências e de Informática/ TV Paulo Freire, TV Pendrive, acervo da biblioteca, Livro Didático Público				
Recursos financeiros: Fundo Rotativo/ PDDE				
Outros				

